

Intervenção final do Presidente do Governo da RAA, Vasco Cordeiro - Propostas de Decreto Legislativo Regional - "Plano Anual Regional para 2019" e "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2019"

Texto integral da intervenção do Presidente do Governo, Vasco Cordeiro, proferida hoje, na Horta, no encerramento do debate parlamentar sobre as propostas de Plano e Orçamento da Região para 2019:

“A concluir estes três dias de debates sobre o Plano de Investimentos e o Orçamento da Região para 2019, subo a esta tribuna em nome do Futuro, pelos Açores e pelos Açorianos.

É esta a postura com que o Governo aqui se apresenta.

É esta a razão pela qual aqui estamos.

E, tendo em conta tudo aquilo que foi dito ao longo destes três dias, parece-me verdadeiramente importante esclarecer, desde logo perante os Açorianos que nos ouvem, do que falamos quando falamos dos Açores, dos Açorianos e do Futuro.

No fundo, que Açores aqui nos trazem e por que Açorianos aqui estamos.

Ao longo destes debates, alguma Oposição tentou, de forma desastrada e sem sucesso, caracterizar o Governo como estando ausente, desligado da realidade e iludido pelos indicadores.

Nada mais errado.

Nada mais falso.

Desde o momento da elaboração destes documentos, participada e democrática, até à sua apresentação e debate neste Parlamento, frontal e transparente - não esquecendo aquela que é a nossa ação quotidiana -, o Governo sabe e conhece bem - porque está onde estão os Açorianos - a realidade de todas as nossas ilhas e os desafios que os Açorianos enfrentam e querem ultrapassar em cada uma das nossas comunidades.

O Governo está onde estão os Açorianos e comunga das suas alegrias, das suas vitórias, das suas angústias e dos seus desafios.

Será que não é compreensível que o Governo se alegre com a alegria dos mais de 4.600 Açorianos que, só nos últimos dois anos, conseguiram emprego, em resultado, também, das políticas que o Governo concebeu e concretizou?

Por que razão o Governo não há-de também estar satisfeito com os milhares de Açorianos que conseguiram mais cuidados de saúde e mais rapidamente, fruto, também, das medidas que o Governo concebeu e concretizou e que tiveram

como resultado que, só em 2017, haja mais de 20 mil consultas e quase mais oito mil cirurgias?

Será que não é compreensível que o Governo dos Açores fique também mais tranquilo com a tranquilidade de cada vez mais pais e mães açorianos que vão trabalhar sabendo que os seus filhos estão numa creche ou num jardim de infância, uma vez que, também em resultado do trabalho do Governo, o número de vagas em creches, só nos últimos seis anos, cresceu 700 vagas?

Por que razão é o Governo tão criticado por alguma Oposição quando fica satisfeito por ver a satisfação dos nossos idosos, a satisfação das nossas crianças ou a satisfação da nossa juventude por ter cada vez melhores condições nas estruturas a elas destinadas, fruto também do apoio financeiro do Governo dos Açores, que cresceu mais de 12%, para mais de 60 milhões de euros?

Será que não é compreensível que o nosso Governo fique orgulhoso com o orgulho dos nossos empresários, dos nossos agricultores e dos nossos pescadores quando esses setores, em resultado também das políticas que o nosso Governo concebeu e concretizou, batem recordes, ganham prémios ou aumentam o seu rendimento?

Eu acho que é compreensível e legítimo que o Governo assim se sinta, e, tenho também a nítida impressão que, há milhares e milhares de Açorianos, por todas e cada uma das nossas ilhas, que assim também pensam.

Mas, por muito orgulho, por muita alegria e por muita satisfação que sintamos pelo que já foi feito e pelo que já alcançámos, não foi esta a razão, repito, não foi esta a razão, pela qual fizemos este Plano e este Orçamento e não é esta a razão pela qual pedimos o voto favorável deste Parlamento para esses documentos.

A razão pela qual aqui estamos, os Açores e os Açorianos que aqui nos trazem, são os que ainda procuram emprego, os que estão desempregados há, por exemplo, mais de 12 meses, ou os jovens que procuram o seu primeiro emprego.

Os Açores e os Açorianos que aqui nos trazem são os que ainda esperam uma consulta médica, uma cirurgia ou a atribuição de um médico de família.

Os Açores e os Açorianos que aqui nos trazem, a razão pela qual aqui estamos, é a do Açoriano que quer uma melhor Educação para melhor qualificar-se, como cidadão e como profissional.

Os Açores e os Açorianos que aqui nos trazem, a razão pela qual o Governo aqui está, é o Açoriano, empresário, agricultor, pescador, que quer melhorar a sua competitividade e o seu rendimento e que, para isso, precisa de mão-de-obra qualificada, de melhores caminhos, água e luz nas explorações, ou de um bom modelo de gestão de pescarias e de boas infraestruturas de apoio à pesca.

Os Açores e os Açorianos que aqui nos trazem são os Açores do inconformismo, da ambição, da exigência, da superação, da inovação e da determinação.

O Governo está aqui, não pelo muito que já foi feito, mas pelo muito que há ainda para fazer.

E o sentido de invocarmos ou falarmos no muito que já foi feito, se prova alguma coisa, não é que não sabemos o que falta fazer, mas sim que somos capazes de fazer o que falta fazer, de obter resultados, de vencer os desafios com que os Açores e os Açorianos estão confrontados.

E também a forma como se encara esse muito que há ainda para fazer, acentua algumas diferenças que julgo importante salientar neste momento.

Alguma Oposição entrou neste debate quase que montada nos '4 Cavaleiros do Apocalipse'.

Para essa Oposição, velha, amargurada, irritadiça, na qual se destaca o PSD, os Açores estão pior do que alguma vez estiveram.

Não há evolução que os satisfaça, não há conquista dos Açorianos que os alegre, não há um indicador positivo dos Açores que os anime.

Tudo é negro.

Tudo é azedume.

Tudo é negativo.

Se este é o novo velho PSD, ou se este é o velho novo PSD, de pouco releva neste âmbito.

Mas o que resulta claro e inequívoco é que teremos, dessa parte, mais do mesmo, só que ainda pior um bocadinho.

Talvez os Açorianos que nos acompanham através da nossa televisão, pensem:

“Mas não é isso que significa ser Oposição?”

Acho que não!

Ser Oposição não é isso, e o facto é que há também partidos da Oposição, aqui no Parlamento dos Açores, que provaram nestes debates, com uma abordagem construtiva sem ser submissa, dialogante sem cedência de princípios, e firme sem ser insensível, que ser Oposição não é isso.

Enquanto o PSD amuou, sentado na beira da estrada a queixar-se de tudo e de todos, a criticar tudo e todos, umas vezes porque o caminho que os Açores têm à sua frente é muito a subir, outras vezes porque o caminho é muito a descer, os Açores não ficaram parados.

Os Açores não ficaram parados, nem ficou o Governo.

Ao longo dos últimos tempos, o Governo empenhou-se em trabalhar com quem connosco quis trabalhar, em construir com quem connosco quis construir, em melhorar o seu próprio Plano e Orçamento com quem connosco quis melhorar esses documentos.

Saúdo, por isso, o CDS/PP e o PCP pela disponibilidade e pelo trabalho que colocaram nesse trabalho conjunto e agradeço, em nome do Governo, mesmo naquelas propostas que, porventura, levantaram mais dificuldades. o seu empenho em termos ainda melhores respostas para os Açorianos.

Esse trabalho conjunto traz grande importância política a um momento que demonstrou existirem nos Açores partidos políticos que, pese embora as diferenças de perspetivas e de entendimento, estão abertos, estão disponíveis para um diálogo democrático, construtivo e civilizado a bem dos Açores e a bem dos Açorianos.

E é assim que, entre alguma Oposição isolada na recusa ao diálogo e à concertação, anunciando que, sem ouvir qualquer argumento, nem escutar qualquer razão, votava contra, em qualquer circunstância e em qualquer cenário, e uma Oposição que tentou melhorar ainda mais os documentos que o Governo apresentou com responsabilidade, com critério e com justiça, que este Parlamento se prepara para votar o Plano e Orçamento para 2019.

E é pela conjugação dessas duas circunstâncias – propostas que melhoram a vida dos Açorianos e propostas que são apresentadas com sentido de responsabilidade, com critério e com justiça – que estou pronto a assumir, perante este Parlamento e perante os Açorianos que nos ouvem, que, após a votação por este Parlamento, na sequência da proposta de alteração apresentada pelo CDS/PP, o Governo vai alargar o número de beneficiários do Complemento para Aquisição de Medicamentos por Idosos, COMPAMID, fazendo com que mais Açorianos possam beneficiar dessa medida que, é justo também dizê-lo, tem a autoria desse partido.

Também por essas circunstâncias, e por proposta do CDS/PP, o Governo está pronto a assumir aqui, perante este Parlamento e perante os Açorianos, que vai concretizar o reforço do Complemento Especial ao Doente Oncológico, reforçando o apoio àqueles que já estão numa situação de grande angústia e fragilidade.

Também por estas mesmas razões, na sequência da proposta apresentada pelo CDS/PP, estamos prontos a trabalhar para o surgimento da Residência de Apoio ao Doente Deslocado em Ponta Delgada, dando início a um processo de alargamento às outras ilhas, nomeadamente Terceira e Faial, de uma estrutura de apoio aos Açorianos que, por razões de saúde, têm que se deslocar a qualquer uma dessas ilhas.

É por isso, igualmente, que, após a votação por este Parlamento, o Governo dos Açores, na sequência da proposta conjunta do PS e do CDS/PP que reforça os montantes do programa Vale Saúde, vai criar as condições para garantir mais celeridade na resposta a quem necessita de cuidados de saúde e, de igual modo, na sequência da proposta apresentada pelo CDS/PP, de aumento das dotações do programa CIRURGE, o Governo dos Açores vai criar os mecanismos necessários para um reforço substancial da capacidade de resposta a quem precisa de cirurgia e, desde logo, esteja há mais de dois anos em lista de espera, sobretudo nas áreas das próteses de joelho e anca.

Também por proposta do CDS/PP, o Governo dos Açores está pronto, após a votação a realizar por este Parlamento, a concretizar a proposta de criação do Prémio de Mérito ao Ingresso no Ensino Superior.

Esta é uma proposta que, simultaneamente, constitui um incentivo e uma ajuda para os encargos que essa circunstância acarreta para as famílias açorianas.

É por isso, também, que, após a votação por este Parlamento, e na sequência da proposta de alteração ao Orçamento apresentada pelo PCP, o Governo dos Açores vai aumentar a remuneração complementar dos funcionários públicos açorianos em 12%, reforçando, também por essa via, o rendimento das famílias.

Também por proposta do PCP, o Governo dos Açores compromete-se, perante este Parlamento e perante os Açorianos, uma vez aprovada esta propostas, a reforçar em 2019 o Complemento Açoriano do Abono de Família em 6%, permitindo, dessa forma o apoio reforçado às famílias açorianas, sobretudo àquelas que estão numa situação de maior fragilidade.

É também por estas circunstâncias que, no seguimento de uma política de reforço dos meios da administração regional, e também na sequência da proposta apresentada pelo PCP, o Governo dos Açores, após a aprovação por este Parlamento, compromete-se à contratação de mais 200 assistentes operacionais para as áreas da Educação e Saúde, ao longo dos próximos dois anos, reforçando, dessa forma, ainda mais as condições para um melhor serviço aos Açorianos nessas áreas fundamentais da nossa vida coletiva.

Estes são alguns dos resultados em benefício dos Açorianos que resultam do diálogo, da concertação, da responsabilidade na abordagem às prioridades estabelecidas no Plano e Orçamento regionais para 2019.

Estamos, assim, perante um processo aberto e transparente que foi mais além do que apenas os formais procedimentos parlamentares, numa auscultação que realizamos, não porque a isso fôssemos obrigados pela aritmética parlamentar, mas porque estamos convictos que, desta forma, apresentamos, com as propostas do CDS/PP, com as propostas do PCP, um Plano e um Orçamento para servir ainda melhor os Açorianos.

Há pouco, disse-vos que os Açores e os Açorianos que aqui nos trazem são os dos desafios que estão à nossa frente e que queremos vencer.

Falei-vos da criação de Emprego.

Vamos então a isso!

Um dos desafios que consideramos estratégico tem a ver com o combate ao desemprego de longa duração.

Para além de um conjunto de outras medidas que temos em marcha, gostaria de anunciar que, em 2019, vamos por em funcionamento um programa denominado IncluEmprego, para contratação, pelas empresas, de desempregados de longa duração, inscritos há mais de 12 meses, com idade igual ou superior a 30 anos, criando, para isso, a regra de que esses contratos têm de ser, pelo menos, de dois anos e que o apoio financeiro a atribuir está diretamente dependente do número de postos de trabalho que criem.

Os destinatários dessa medida são todos os inscritos nas Agências de Emprego da Região, que tenham mais de um ano de inscrição.

Na presente data, estamos a falar de cerca de 2.700 Açorianos nessa situação.

Mas as centenas de entusiasmantes histórias que Açorianos têm partilhado connosco da forma como, recorrendo aos mecanismos existentes, conseguiram criar o seu próprio emprego, leva a que, no próximo ano, vamos por em funcionamento um programa especificamente destinado à criação do próprio emprego, denominado 'Meu Emprego', e que visa promover a instalação, por conta própria, de Açorianos que estejam desempregados há mais de 12 e 24 meses e com idade igual ou superior a 18 anos e que já não auferem qualquer tipo de subsídio de desemprego.

Neste caso, esse Açoriano pode receber um apoio não reembolsável que pode ascender a um máximo de 36 vezes o Salário Mínimo Regional.

Na presente data estamos a falar de um universo global de potenciais candidatos de cerca de 2.600 Açorianos.

Não nos esquecemos, contudo, que o principal motor de criação de emprego é a economia privada e isso só se consegue com empresas fortes, com capacidade exportadora e criadora de valor.

Assim, exatamente por isso, vamos por em funcionamento em 2019 a iniciativa EXPORTAR AÇORES, a qual terá uma relação privilegiada com outra medida do Governo que se revelou de grande sucesso, e que é a Marca Açores.

No caso da EXPORTAR AÇORES, trata-se de uma iniciativa de apoio aos empresários açorianos e que vai ao encontro das necessidades atuais do mercado global, nomeadamente incentivando projetos de comercialização e marketing dos seus produtos e serviços, de desmaterialização da relação com

clientes, desenvolvimento e implementação de planos de exportação e internacionalização, incluindo ainda apoios no âmbito da capacitação para a exportação e de consultadoria.

Na Educação, a par dos resultados que o ProSucesso já começa a produzir, estamos a concluir um parque escolar que preparará a Região para as próximas décadas, em resultado de um investimento global de mais de 160 milhões de euros efetuado desde 2012 e que culminará com as novas escolas das Capelas, de Rabo de Peixe e dos Arrifes, garantindo todas as condições físicas aos nossos estudantes para efetuarem, com sucesso, o seu percurso académico.

Para além disso, posso anunciar que, no início do próximo ano, o Governo colocará a consulta pública o projeto 'Ler Açores', o qual tem na sua base o reconhecimento de que as competências da leitura são um instrumento essencial para o sucesso individual e coletivo e, bem assim, para o exercício de uma cidadania ativa e responsável.

Esta é uma medida que pretendemos seja concretizada numa ação concertada entre bibliotecas públicas regionais, bibliotecas municipais, museus regionais e de ilha, Casas do Povo, entre outras entidades.

Nesse âmbito, gostaria também de partilhar convosco uma medida que vai ser criada em 2019 e que é dirigida especificamente à Universidade dos Açores.

Ao longo dos anos, o Governo dos Açores tem apoiado a nossa Universidade em inúmeros aspetos e de inúmeras formas, num reconhecimento claro e inequívoco da importância desta instituição para a nossa Região.

A continuidade do desenvolvimento das Ciências do Mar na Região, que o Governo dos Açores considera de grande importância estratégica, sabemo-lo, depende de vários fatores, mas, fundamentalmente, de recursos humanos qualificados.

Assim, o Governo dos Açores irá disponibilizar um apoio público superior a dois milhões de euros, a que a Universidade dos Açores se pode candidatar, para contratar cerca de 10 docentes ou investigadores para os próximos três anos, de modo a fortalecer o polo universitário da ilha do Faial.

Esta possibilidade, que será conciliada com a Universidade dos Açores, reflete mais uma vez a importância que o Governo atribui às Ciências do Mar, mas também a importância que o Governo atribui ao emprego científico e ao necessário reforço e sustentabilidade futura do Departamento de Oceanografia e Pescas.

Um dos vetores essenciais da nossa estratégia de desenvolvimento passa pela sustentabilidade.

Sustentabilidade económica, sustentabilidade social e sustentabilidade ambiental.

Os objetivos de sustentabilidade enunciados no Programa do XII Governo dos Açores, o valor patrimonial e a sensibilidade dos ecossistemas das áreas protegidas, exigem uma monitorização permanente e um controlo efetivo das principais ameaças.

A proposta de Plano de Investimentos para 2019 prevê o maior investimento de sempre nas áreas da conservação da natureza e da promoção do nosso património natural, concretamente 13,8 milhões de euros, com destaque para o início do projeto integrado LIFE Azores Natura, que representará um investimento direto de cerca de 19,1 milhões de euros em áreas da Rede Natura 2000, terrestres e marinhas, de todas as ilhas, ao longo dos próximos nove anos, constituindo, dessa forma, o maior projeto de conservação alguma vez concebido para os Açores.

Especificamente no que respeita ao Mar, os Açores são uma das maiores regiões da Europa e temos por isso uma enorme responsabilidade na utilização responsável e sustentável dos recursos que ocorrem neste vasto território marítimo, bem como na conservação e proteção da biodiversidade e dos ecossistemas únicos que possuímos.

A pressão crescente dos usos sobre os oceanos, a eminência dos efeitos imprevisíveis das alterações climáticas, o problema da poluição marinha, são matérias a que este Governo está atento e que nos preocupam.

Por outro lado, o reconhecimento da transversalidade do mar na nossa economia e o percurso que temos realizado ao nível do turismo de natureza e destino sustentável, exige-nos novas medidas que reforcem os fatores de sustentabilidade dos nossos recursos, mas que também reforcem a nossa imagem e a nossa responsabilidade no mundo.

Neste sentido, estamos a rever e a elaborar os planos de gestão das nossas Áreas Marinhas Protegidas.

Mas queremos ir mais além e, por isso, posso anunciar que iremos iniciar o processo de alargamento das atuais áreas marinhas protegidas dos Açores, suportado no conhecimento científico e em diálogo com a sociedade, com o objetivo de atingirmos 15% de áreas protegidas no mar dos Açores nos próximos três anos.

Deste modo, os Açores, não só assumem com responsabilidade o seu contributo para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em particular o Objetivo 14, referente à sustentabilidade dos oceanos, como também dão um importante contributo para Estratégia da União Europeia para Biodiversidade 2020, entre outras agendas internacionais.

Para além dos benefícios económicos de longo/médio prazo que esta medida terá para as várias atividades ligadas ao mar, incluindo as pescas, os Açores passam a ser uma das poucas regiões do mundo com áreas marinhas protegidas

de dimensão considerável e que corajosa, que responsabilmente, contribuem para a preservação dos oceanos de uma forma significativa e comprometida com o bem-estar e direitos das gerações vindouras.

Uma referência, a concluir, à nossa Agricultura e ao desafio que, também aqui, queremos vencer, de termos um setor renovado, competitivo e propiciador de rendimento.

Nos Açores, os ativos humanos do setor agrícola apresentam uma média de idades inferior à média nacional e à média europeia.

De facto, a média de idades na Região é inferior a 55 anos, enquanto a nível nacional é de 65 anos, situação que importa reforçar e que importa manter.

Mas queremos ir mais além e, assim, independentemente de já existirem incentivos para o efeito, é de grande importância intensificar esforços para encorajar a renovação geracional neste setor.

O programa, que vamos lançar, 'Jovem Agricultor' e o anúncio que agora faço do 'Apoio à Cessação da Atividade Agrícola' são duas medidas que aqui anuncio e que, de forma articulada, contribuirão para este desiderato.

O primeiro assegurará condições para um acesso e instalação mais fáceis dos jovens no setor, tornando-o mais atrativo para eles.

O segundo, criando condições para uma retirada condigna do setor dos agricultores com idade mais avançada, disponibilizará um recurso essencial aos jovens agricultores que pretendem instalar-se pela primeira vez.

Por forma a tornar esta medida mais atrativa, será considerada uma redução na idade dos 60 para os 58 anos, em relação ao atual regime.

Outra das grandes mudanças está relacionada com o reforço na capacidade de emparcelamento e, ainda, uma maior facilidade de transferência de áreas provenientes da agropecuária para os setores da diversificação.

Nos Açores existem cerca de 1.300 agricultores a título principal, com idade igual ou superior a 58 anos, que desenvolvem a sua atividade no ramo agropecuário e que, por isso, reúnem as condições para se candidatar a esta medida.

Uma das matérias que tem suscitado a atenção de diversos atores políticos e setoriais e que o Governo tem seguido de forma particularmente atenta é a questão relativa ao descongelamento das carreiras dos professores e a recuperação do tempo de serviço congelado.

Desde 21 de novembro do ano passado que a posição do Governo dos Açores tem sido particularmente clara e transparente.

O que tornei público, na sequência de um encontro com cada uma das estruturas representativas dos professores foi, e cito:

“Nestas reuniões, aquilo que transmiti de forma clara, a ambos os sindicatos foi o seguinte: em relação à questão dos descongelamentos, o Governo assume, totalmente e sem reservas, a solução que for consagrada a nível nacional.

Também assume, totalmente e sem reservas, o compromisso de aplicar na Região a contagem de tempo de serviço que for definida a nível nacional. E aqui interessa fazer uma precisão: a nível nacional há nove anos para recuperar, na Região, há sete anos para recuperar.”

E disse mais!

“Nós entendemos que esta diferença de tempo não é motivo para atrasarmos o que quer que seja aqui na Região. Ou seja, o fato de termos menos tempo para recuperar nos Açores não é razão para que se siga um processo mais demorado aqui na nossa Região”.

Fim de citação.

Relativamente a este aspeto, convém também referir que o Governo dos Açores prevê, neste ano 2018, que progridam na carreira mais de 1.700 professores açorianos, estimando um valor envolvido de 1,8 milhões de euros.

Como referi há pouco, temos acompanhado, com reserva, mas também com muita atenção e de forma muito minuciosa e cuidadosa, todo o procedimento relativo à negociação que ocorreu na República, os seus passos, as posições em análise, bem como, como não poderia deixar de ser, os seus resultados.

Assim, em relação à proposta de Decreto Lei do Governo da República que veio para parecer ao Governo dos Açores, emitimos o seguinte parecer e cito.

“Sobre a matéria em apreço, o Governo dos Açores tem o entendimento que a Região tem competências estatutárias e constitucionalmente consagradas, cujo exercício o mesmo pretende impulsionar, uma vez definida a solução ao nível da República.”

Fim de citação.

Depois da emissão deste parecer, assistimos, no âmbito da votação do Orçamento de Estado para 2019, à formação de uma maioria negativa que, a ajuizar pelos resultados, tem vontade de destruir a solução existente, mas já não tem vontade de construir uma solução alternativa que responda àquilo que está em causa.

Esta é uma situação que constitui o pior cenário possível: o de se formar uma maioria negativa da Oposição na Assembleia da República que não faz, nem deixa fazer, ameaçando, entre o chumbo de propostas e avocação de diplomas, atrasar, injusta e injustificadamente, uma solução para este assunto.

Ora, se eu, como Presidente do Governo, considero haver utilidade e ser importante uma articulação e devida ponderação entre uma solução nacional

para este assunto e uma solução açoriana, já não posso aceitar que os professores dos Açores sejam arrastados para um pântano de indefinição e de omissão, apenas porque a maioria negativa que sobre este assunto se formou na Assembleia da República contra o Governo da República, sabe o que não quer, mas não sabe o que quer.

Nos Açores, o Governo dispõe de um apoio maioritário neste Parlamento e, inerente a esse apoio maioritário neste Parlamento, está a garantia dos valores, que reputo de essenciais, da estabilidade, da governabilidade e da segurança.

Há, assim, fruto do apoio maioritário de que o Governo Regional dispõe no Parlamento dos Açores, todas as condições para garantir, nesta questão da recuperação do tempo de serviço uma solução segura, estável e conforme as nossas possibilidades e os nossos recursos.

Assim, quero tornar público que dei já orientações aos Senhores Membros do Governo com as áreas da Administração Pública e da Educação para que seja aberto um processo negocial regional com as estruturas representativas dos professores com o objetivo de definir um modelo de contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira dos professores açorianos.

Dei também orientações para que a proposta do Governo Regional sobre esta matéria, contenha os seguintes elementos:

- A recuperação do tempo de serviço prestado em funções docentes deve ser integral e, portanto, sendo inferior ao tempo que há que recuperar no resto do País, deve abranger a totalidade dos sete anos que estão em causa;
- Essa recuperação deve ser concretizada de forma faseada e constante, em seis anos, sem qualquer condicionante ou restrição orçamental, ao contrário do que vigora, por exemplo, na Região Autónoma da Madeira, ou do que consta em algumas propostas que já aqui foram apresentadas neste Parlamento, nomeadamente a proposta do PSD.
- A recuperação do tempo de serviço dos docentes açorianos deve iniciar-se a 1 de setembro de 2019.
- O ritmo da recuperação de tempo de serviço dos docentes dos Açores, de acordo com a nossa proposta, poderá ainda ser antecipado em função do número de docentes que se aposentem no ano anterior.

Da parte do Governo, os Açorianos, sabem bem qual é o nosso rumo, qual é o caminho que seguimos.

Focados no trabalho que temos pela frente, em nome do Presente e do Futuro dos Açores e dos Açorianos.

Com a consciência da nossa missão, com a responsabilidade da nossa função e com a humildade de sabermos, muito bem, aqueles perante quem respondemos.

O Governo está pronto.

Vamos a isso!

P'rá frente é que é caminho!

Disse!"

GaCS/PGR